

EÇA DE QUEIRÓS E A IMPRENSA BRASILEIRA

Elza Miné

A presença de Eça de Queirós no Brasil não se marcou apenas pelo impacto e pela devoção granjeada por sua obra ficcional.

De 1880 a 1897, em espaços diferentes da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro — nos altos da página 1, na horizontalidade de praxe do folhetim, ou na página nobre de seu Suplemento Literário — Eça esteve em contato com o público leitor brasileiro. A colaboração prestada ao importante jornal carioca da época, como correspondente de imprensa, com cartas enviadas inicialmente da Inglaterra e depois de Paris, reunidas postumamente em livro, cimentou e dilatou sua popularidade e o seu prestígio entre nós.

A reunião dessa longa colaboração em um só volume, sob o título *Textos de Imprensa IV*, no âmbito do projeto da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, constitui-se, assim, na apresentação do que se pode considerar a obra jornalística do escritor, pensada e elaborada tendo em vista o público brasileiro, através de um mesmo e único veículo.

Ali se inscreve, sem dúvida, uma maneira de ver e fazer ver, de inteligir a realidade em que se apóia — a inglesa, a francesa, a européia em geral — e à qual o autor continuamente remete, recriando-a. Fatos políticos e do cotidiano, acontecimentos e questões de política local e internacional, retratos de personalidades, anedotas espreiadas, tudo se vê drenado e selecionado com a liberdade que ainda hoje marca o trabalho de cronista e, de certa forma, ainda, o de correspondente.

Enraizada, pois, em seu tempo (não é sob o signo da temporalidade que toda escrita jornalística se engendra?), mas que a seu próprio tempo sobreviveu, não só enquanto documento de época, mas enquanto produção artisticamente concebida, a obra jornalística de Eça — para além da parte representativa e extensa que no Brasil se publicou — evidentemente ecoa e é parasitária da vida de entidades reais, extra-texto. Mas, mesmo assim, o privilégio absoluto do aspecto referencial nunca se instaura. Nela, um modo de apreender, pensar e representar a sociedade de seu tempo se exercita e depura, lastreando a ficção.

Por isso mesmo, e não apenas graças ao prestígio do romancista, tão

naturalmente transitou do jornal para o livro e, sacralizando-se como literatura, propõe-se a audiências diversificadas no tempo e no espaço.

Ao voltarmos nossa atenção para a colaboração do jornalista Eça de Queirós para a imprensa brasileira, procuraremos lembrar, rapidamente, alguns dados de natureza cronológica, atentar para aspectos metajornalísticos, mediante a consideração de um juízo crítico sobre a imprensa que nela se inscreve, e apresentar um artigo publicado na *Gazeta de Notícias* como núcleo embrionário, ou versão anterior, da Carta XV (“Carta a Bento de S.”) da *Correspondência de Fradique Mendes*.

Da Europa para a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro

A primeira colaboração de Eça de Queirós para a *Gazeta de Notícias* vem publicada no dia 24 de julho de 1880, repetindo-se, mensalmente, até fevereiro de 1882. Prossegue, ainda que com intervalos maiores, até 24 de outubro do mesmo ano.

Nos anos de 1883 a 1886, nada ali se publica firmado por Eça de Queirós.

Em 1887, rompe-se o silêncio, com a publicação de *A Reliquia* e, em 1888, ali se transcrevem o capítulo final de *Os Maias* e cartas de Fradique Mendes.

Novo silêncio de 1889 a 1891.

Em janeiro de 1892 a *Gazeta* publica o primeiro número de seu suplemento literário e é da autoria de Eça o texto de abertura, ou editorial de lançamento: “A Europa em Resumo”. Reata-se, assim, o diálogo que se irá manter até setembro de 1897, incluindo-se, entre as matérias jornalísticas então publicadas, outras cartas de Fradique Mendes e os contos “Civilização”, “Frei Genebro”, “O Defunto”, “A Aia”¹.

Os artigos de Eça que apareceram na *Gazeta*, e que se estendem, portanto, por 17 anos, foram postumamente publicados por Luís de Magalhães, sob os títulos: *Cartas de Inglaterra* (1905), *Ecos de Paris* (1905), *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris* (1907). Parte dos textos reunidos em *Notas Contemporâneas* (1909) foi também coligida das páginas do jornal carioca.

Em 1970, Helena Cidade Moura reuniu *Ecos de Paris* e *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris* num só volume, a que chamou *Cartas de Paris* e publicou a matéria correspondente a *Cartas de Inglaterra* juntamente com as *Crônicas de Londres* (enviadas para o jornal *A Atualidade* do Porto).

Agora, no projeto da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenado por Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, encarrego-me, com a colaboração de Maria Neuma Barreto Cavalcante, da preparação desses textos (*Textos de Imprensa IV*), a serem proximamente publicados em Lisboa, pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda. Para tanto, as páginas da *Gazeta* foram revisitadas (constituem o texto-base), respeitou-se rigorosamente a ordem cronológica de sua publicação naquele órgão de imprensa brasileiro, cujas datas passam também a ser anotadas, e foram preenchidas lacunas que se registram nas tentativas de seu resgate, acima mencionadas. Procura-se ainda sanar alterações exibidas pelas edições em livro.

Um juízo crítico sobre a imprensa

Ao focalizar uma caracterização do jornalismo realizada por Eça já nos últimos anos de sua vida, começo por lembrar que ela recebeu o aval indireto de retomadas do autor, apresentando, ainda, a particularidade de inscrever-se nas duas ordens: a propriamente jornalística e a ficcional. Ou seja, aparece como correspondência jornalística para a *Gazeta de Notícias*, posteriormente compendiada em *Ecos de Paris*, e íntegra a *Correspondência de Fradique Mendes*.

Tenhamos também em conta que, tal como sucede relativamente à literatura, uma reflexão crítica sobre a imprensa e a prática jornalística acompanha toda a trajetória queirosiana inscrevendo-se, pontualmente, em textos propriamente jornalísticos, na correspondência trocada com amigos, ou ancorando-se na ficção. Basta que nos lembremos de *O Crime do Padre Amaro*, de *A Capital!*, de *Os Maias*.

O que vamos notar é que, nos tempos da *Gazeta de Notícias*, já não mais se registra a proclamação apologética da função da imprensa e dos deveres do jornalista dos tempos do *Distrito de Évora*. Mas, naquela altura, Eça tinha apenas 21 anos e tais considerações se faziam em um tempo especialmente marcado por candente periodismo, em que jornais e revistas sofreram um verdadeiro *boom*, propiciado pelos desenvolvimentos técnicos alcançados e movido por uma verdadeira euforia de divulgação de conhecimento e de manifestação da opinião. Como corolário da crença no Progresso, figurava a convicção nas nobres funções do jornalismo.

Contudo, Balzac, em *Ilusões Perdidas*, havia já exposto o outro lado da medalha, apresentando-nos o aspecto corrupto e corruptor deste quarto poder, embora não tivesse deixado de perorar quanto às verdadeiras e justas prerrogativas de que se deveria revestir a imprensa. A ficção queirosiana também não se mostra alheia a esse tipo de observação.

Mas, voltemo-nos para a *Gazeta de Notícias*. Mais especificamente, para uma correspondência enviada para o Rio de Janeiro em 1894 e para a já aludida caracterização/juízo da imprensa ali constante.

As três versões

Na sua valiosíssima *Bibliografia Queirociana*, Ernesto Guerra da Cal informa-nos que as Cartas XII, XIV e XV da *Correspondência de Fradique Mendes* haviam sido publicadas antes, como crônicas alheias a esta mesma Correspondência e depois, com mudanças, *adaptadas ao epistolário do personagem apócrifo*.

Ora, no caso da Carta XV (que é a que agora nos interessa) ou seja, aquela dirigida a Bento de S., Da Cal remete para o terceiro número da *Revista Moderna* (julho de 1897), publicada em Paris pelo brasileiro Martinho de Arruda Botelho. De fato, na secção “crônica” desse número da *Revista* encontra-se uma colaboração que leva a assinatura de Eça de Queirós sob o título “Carta a Bento”. Mais adiante, Da Cal afirma: “esta primeira versão, com alterações, foi adaptada pelo novelista para ser incluída na C.F.M., levando, evidentemente, a assinatura Fradique” (grifo nosso). Da Cal informa-nos

ainda que, nesse mesmo ano de 1897, no dia 2 de outubro, o *Jornal do Comércio* de Lisboa trazia nas páginas 1 e 2 uma colaboração do Autor com o título “O jornal. Carta a Bento” a qual, com pequenas alterações, corresponde ao texto “Carta a Bento de S.”, integrante da *Correspondência de Fradique Mendes* (1900).

Efetivamente, entre o texto constante da *Revista Moderna*, da qual Eça fizera a apresentação (trata-se do texto “A Revista”, incluído em *Notas Contemporâneas*), certamente revisto pelo escritor, que vivia então em Paris, e aquele publicado no mesmo ano no *Jornal do Comércio*, ambos de 1897, as pequenas diferenças observáveis creio que se podem diretamente creditar à composição mais apressada do jornal, ou à má leitura dos originais. Podemos, por isso, considerá-los uma mesma versão².

O nosso intuito é mostrar que esta versão (textos de 1897), e também a “Carta a Bento de S.” da *Correspondência de Fradique Mendes* (1900), estão embrionariamente, ou em versão primeira, na correspondência enviada para o jornal do Rio de Janeiro, e ali publicada nos dias 26, 27 e 28 de abril de 1894, sem subtítulos. Três anos antes, portanto, da “Carta a Bento” publicada pela *Revista Moderna* e pelo *Jornal do Comércio*.

Por ocasião da publicação em volume desses textos da *Gazeta*, o seu organizador, Luís de Magalhães, agregou-lhe os subtítulos: “Outra bomba anarquista” e “O Sr. Brunetière e a imprensa”. Interessa-nos a parte que corresponde ao segundo subtítulo dado por Luís de Magalhães e voltemos nossa atenção para o que dali se endossa, se amplia, se elimina, nas retomadas subsequentes, ou seja, as de 1897 e de 1900.

Notamos, inicialmente, que o texto publicado pela *Gazeta de Notícias* vê-se direta e imediatamente motivado por um dado de atualidade — a entrada de Ferdinand Brunetière para a Academia Francesa que se dá no dia 14 de fevereiro desse mesmo ano (1894).

Mas, não é o fato em si — a posse do crítico — que é alvo da atenção do nosso correspondente em Paris. É o seu discurso de admissão. E a carta enviada para o Brasil será, mais uma vez, linguagem que sobre outra linguagem se debruça, texto que se motiva e se constrói a partir de outro. Mais uma vez, na elaboração de uma matéria para a imprensa, a constituição pormenorizada e funcionalizada de uma personalidade-personagem antecede a apresentação do fato, questão, ou anedota do qual seja protagonista. Neste caso, a apresentação de Brunetière antecede a apresentação de pontos de seu discurso de posse e comentários por este sugeridos.

O texto da Gazeta de Notícias (1894)

Assim se inicia a correspondência enviada de Paris:

Não sei se conhecem o sr. Brunetière. O sr. Brunetière é hoje nas letras francesas um grande personagem — quase devia dizer, dada a qualidade do seu espírito e das suas funções, um grande mandarim.

O afetar de um suspeitado desconhecimento por parte de um vago público brasileiro em relação ao crítico, famoso e discutido, vê-se reforçado, ao longo da carta queirosiana, também por um afetado desconhecimento da parte do enunciador-jornalista: Brunetière, pelo “que ouço dizer”, “ao que parece”, “que conheço imperfeitamente”, etc. Apenas afetado porque, a cada nova linha do perfil (ou da caricatura?) esboçado, Eça alude às concepções teóricas de Brunetière e a diferentes obras suas. O novo acadêmico é reduzido a “diretor, se não espiritual, ao menos intelectual das damas letradas do Faubourg St.Germain”, a “professor apupado pelos estudantes e portanto de sucesso...”, a “comentador que está para as letras como um botânico está para as flores”, a “um botânico das letras”, a “crítico ressequido”, a “esmiuçador de causas e arrumador de gêneros”. Isto em seis longos parágrafos em que se insere, inclusive, importante consideração sobre a crítica literária, tal como Brunetière a concebe e pratica e como Eça diante dela se situa.

Mas, por que Brunetière haveria de focalizar a imprensa no seu discurso de posse na Academia? Estaríamos diante de mais uma das fantasiosas manobras do nosso Eça jornalista? Localizado o discurso de posse de Brunetière, encontra-se logo a resposta: o antecessor de Brunetière — de quem, segundo a praxe ele deveria fazer o elogio — era John Lemoine, um jornalista, colaborador da *Révue des Deux Mondes* e redator-chefe do *Journal des Débats*.

Ora, Brunetière realiza o julgamento e a valoração da obra literária, como aponta Aguiar e Silva, “nunca em si, mas sempre através de sua inclusão dentro dos quadros de um determinado gênero: o valor e a importância histórico-literária da obra apresentam-se como dependentes da aproximação ou do afastamento da obra relativamente à essência de um gênero”³. O estudo da origem, do desenvolvimento e da dissolução dos gêneros literários era, pois, o objetivo fundamental da crítica, segundo o ingressante na Academia. Por isso mesmo, focalizar a obra jornalística de Lemoine pressupunha, para Brunetière, a necessidade de um exame do jornal enquanto gênero.

O “esmiuçador de causas”, na “arrumação do gênero” apontará características que lhe parecem dominantes no jornalismo do tempo, vendo-o enquanto momento de uma evolução. Tudo vê-se condensado por Eça, jornalisticamente (...o jornalista é, para ele, um *condensador*...) em três defeitos básicos: superficialidade, bisbilhotice e escandaloso abuso de reportagem, e sectarismo.

A primeira observação importante acerca do diálogo intertextual que a correspondência queirosiana estabelece com o discurso de Brunetière é que nela, além dessa condensação estrategicamente esquemática dos defeitos (e estrategicamente em termos de força persuasiva), opera-se um deslizamento de foco, ou seja: a imprensa não se vê examinada em si mesma, mas a partir de sua atuação sobre o público, no qual o enunciador-jornalista se inclui. A alternância observável do “nós” e do “eu” encarrega-se da demarcação: o “nós” indicará sua inclusão, enquanto público, e o uso da primeira pessoa do singular ocorrerá nos pontos em que a relação de diferença do enunciador com relação à imprensa pretende ser claramente posta.

A segunda, diz respeito à maneira pela qual Eça efetivamente explora as considerações sobre o jornalismo realizadas por Brunetière em seu discurso⁴.

E verificamos, então, que as vai adaptar às suas próprias preocupações. O que equivale a fazê-las suas. E tão genuinamente suas, que silenciará totalmente Brunetière quando o texto da *Gazeta* se transforma na “Carta a Bento” da *Revista Moderna* e do *Jornal do Comércio* e na “Carta a Bento de S.” da *Correspondência de Fradique Mendes*.

Nesse sentido, observamos, em primeiro lugar, que se Brunetière louva a independência dos jornalistas, como Lemoinne, em relação aos partidarismos dos jornais, característica mencionada sem grande ênfase ou desdobramentos e apenas na medida em que, através dela, melhor pode elogiar Lemoinne, Eça transforma essa consideração lateral em sua origem numa “acusação formulada pelo sr. Brunetière contra a imprensa — a de partidarismo e sectarismo”. Esta mesma acusação, quando passamos do texto de 1894 (*Gazeta de Notícias*) para os de 1897 (*Revista Moderna* e *Jornal do Comércio*), transforma-se em terceiro pecado — *negríssimo* — e se condensa em *intolerância*, seguindo-se explicitações e considerandos.

Em segundo lugar, a censura de Brunetière quanto aos excessos do *ardeur d’indiscrétion*, apresentados como dado novo da imprensa do tempo, é aproveitada por Eça para justamente fazer o feitiço virar contra o feiticeiro, ou seja, atacar a crítica brunetieriana aproveitando-se de exemplos trazidos pelo próprio Brunetière contra a imprensa, mas utilizando-os contra o método do crítico francês.

Como a linha de exploração queirosiana não é a imprensa em si, como gênero, mas sua influência sobre o público, a vaidade do “vir no jornal”, sequer mencionada por Brunetière, é longamente censurada por Eça.

Em terceiro lugar, e da mesma forma antes apontada, enquanto Brunetière lamenta que a “improvisação” se tenha transformado na primeira qualidade do jornalista, Eça apreende e transforma esta lamentação na “superficialidade” e “leviandade” da imprensa a gerar no público o hábito dos “juízos ligeiros”. Talvez mesmo a sugestão para a cunhagem desse sintagma (*juízos ligeiros*), lembrado ainda por Barbosa Lima Sobrinho, em *O Problema da Imprensa* (1923), lhe tenha advindo de outro ponto do discurso de Brunetière: “*alleguer avec prestesse à sa manière; air de legereté*”, nesta dança de significantes que permeia o processo intertextual: lendo, decompor, para recompondo, compor o novo.

Observe-se ainda que Eça se apropria do discurso moral, de lamentação institucional e comedida do “douto acadêmico”, para transmutá-lo em um ajuizar veementemente irônico. E isto não obstante a referência, ela mesma irônica, no final da crônica, à sua própria fala, como à fala de “um moralista amargo, o que é faltar ao bom gosto do nosso tempo, e sobretudo aos santos preceitos da ironia” e a que se soma o receio apenas *afetado* de tomar “o desagradável tom de um censor de costumes”.

Note-se que logo no início da “Carta a Bento” (1897) se pode ler: “Não penses que, moralista amargo, exagero como qualquer S. João Crisóstomo”. São João (344-407), como se sabe, foi Patriarca de Constantinopla, célebre pela sua eloquência assim como pelas ásperas censuras aos desregramentos da corte bizantina e da própria igreja. A retenção do sintagma caracterizador — “moralista amargo” — que apenas aparecia no final da correspondência da *Gazeta* e seu deslocamento para o início da “Carta a Bento”, com a explicitação de um novo referente, S. João Crisóstomo, personificando a idéia de censor de costumes, é mais um exemplo

dessa já aludida dança de significantes. Constitui, no caso, uma forma de apagamento do censor que Eça captara em Brunetière e sobre o qual agora silenciava, surgindo, em seu lugar, a alusão a S. João Crisóstomo.

Bem sabemos que todo discurso moral é, por sua própria natureza, avaliativo, porque se baseia fundamentalmente em aprovação /desaprovação. Portanto, a prescritividade — ainda que permeada de humor, revestida de ironia, ou sarcasmo — lhe é inerente. Se a inclinação ajuizadora de um discurso faz-se perceber, entre outros traços, pela presença abundante e frequente de axiológicos, ou termos valoradores, no caso dessa carta, a mobilização maciça de axiológicos negativos, retirados do campo moral ou religioso, visando à desqualificação da imprensa nos moldes em que se concretizava, confirma a vocação avaliativa desse discurso queirosiano.

Em 1897, o eixo de censura já desenhado pelo jornalista em 1894 ver-se-á ampliado e retrabalhado, mediante a ênfase de contrastes de que “meu bento / meu réprobo” constituem o par paradigmático e de que “daninha e execrável” (“a tua idéia de fundar um jornal é daninha e execrável”) instituem, respectivamente, o universo moral que conduzirá as escolhas lexicais e o tom prescritivo-avaliativo das considerações.

Mais frequente se torna, também, a formulação de definições metafóricas, propiciando uma abertura maior a várias leituras.

O recurso à fala encaixada de Brunetière, estratégia discursiva empregada em 1894 e que carrega um sentido de repartição de responsabilidades, se vê substituído, em 1897, pelas formas apelativas e de endereçamento aconselhador a *um* interlocutor ficcionalmente específico: Bento. Mantém-se, contudo, em ambas as produções textuais, o emprego cerrado da asserção para o convencimento.

De acordo com o objetivo de apenas demonstrar que a “Carta a Bento de S.” da *Correspondência de Fradique Mendes* não provém apenas da “Carta a Bento” da *Revista Moderna*, mas que dela já se tem uma primeira versão na *Gazeta de Notícias*, reproduz-se lado a lado este último texto mencionado, bem como o da *Revista Moderna*. Para observação dos modos como as modificações habituais — refiro-me a supressões, acréscimos, substituições lexicais e correspondentes alterações sintáticas — se fazem nesse nosso caso, proponho para leitura e cotejo apenas um pequeno trecho, em que mais próximo ocorre o reaproveitamento do texto da *Gazeta*. Lembro ainda que, na “Carta a Bento”, observa-se a intercalação cada vez mais acentuada de novos períodos, de parágrafos inteiros, conquanto se mantenha a estrutura geral e até mesmo, com fidelidade, a última frase do texto de 1894. Adotam-se os seguintes procedimentos na transcrição:

- a) Figura em **negrito**, no texto da direita (1897) tudo o que provém diretamente da *Gazeta de Notícias* (1894);
- b) Usa-se *itálico* para as palavras ou expressões que correspondam a substituição de termos ocorrida no interior dos períodos transcritos; no texto da esquerda, os textos substituídos são assinalados da mesma forma;
- c) Modificações sintáticas, decorrentes muitas vezes das próprias substituições efetuadas, não estão marcadas, assim como os acréscimos e as longas substituições.

Incontestavelmente foi a imprensa, com a sua maneira superficial e leviana de tudo julgar e decidir, que mais *concorreu* para dar ao nosso tempo o funesto e já radicado hábito dos juízos ligeiros. Em todos os séculos se improvisaram estouvadamente opiniões: em nenhum, porém, como no nosso, essa improvisação impudente se tornou a operação corrente e natural do entendimento. Com exceção de alguns filósofos *mais metódicos*, ou de alguns devotos *mais escrupulosos*, todos nós hoje nos desabitamos, ou antes nos desembaraçamos alegremente do penoso trabalho de *refletir*. É com impressões que formamos as nossas conclusões. Para *louvar ou condenar* em política o facto mais complexo, e onde entrem factores múltiplos que mais necessitem análise, nós largamente nos contentamos com um boato escutado a uma esquina. Para apreciar em literatura o livro mais profundo, apenas nos basta folhear aqui e além uma página, através do fumo *ondeante* do charuto. O método do velho Cuvier, de julgar o mastodonte pelo osso, é o que adotamos, com magnífica inconsciência, para decidir sobre os homens e sobre as obras. Principalmente para condenar, a nossa ligeireza é fulminante. Com que *esplêndida* facilidade declaramos, ou se trate de um estadista, ou se trate de um artista: “É uma besta! É um maroto!”. Para *exclamar*: “É um génio!” ou “É um santo!”, oferecemos *naturalmente* mais resistência. Mas ainda assim, quando uma boa digestão e um fígado livre nos inclinam à benevolência risonha, também concedemos *prontamente*, e só com lançar um olhar distraído sobre o eleito, a coroa de louros ou a auréola de luz.

Nestes tempos de borbulhante publicidade, em que não ladra um cão em

Não penses que, moralista amargo, exagero como qualquer S. João Crisóstomo. Considera antes como **foi incontestavelmente a Imprensa que, com a sua maneira superficial, leviana** 5 e atabalhoada **de tudo afirmar, de tudo julgar, mais enraizou no nosso tempo o funesto hábito dos juízos ligeiros. Em todos os séculos, decerto, se improvisaram estouvadamente opiniões:** o 10 Grego era inconsiderado e gárrulo; já Moisés, no longo deserto, sofria com o murmurar variável dos Hebreus; mas nunca, como no nosso século, **essa improvisação impudente se tornou a 15 operação natural do entendimento. Com exceção de alguns filósofos escravizados pelo Método, e de alguns devotos roídos pelo Escrúpulo, todos nós hoje nos desabitamos, ou antes, nos desem-** 20 **baraçamos alegremente do penoso trabalho de verificar. É com impressões fluidas que formamos as nossas maciças conclusões. Para julgar em política o facto mais complexo, largamente nos** 25 **contentamos com um boato, mal escutado a uma esquina, numa manhã de vento. Para apreciar em Literatura o livro mais profundo, atulhado de idéias novas, que o amor de extensos** 30 **anos fortemente encadeou — apenas nos basta folhear aqui e além uma página, através do fumo escurecedor do charuto. Principalmente para condenar, a nossa ligeireza é fulminante.** 35 **Com que soberana facilidade declaramos — “Este é uma besta! Aquele é um maroto!” Para proclamar — “É um génio!” ou “É um santo!” oferecemos uma resistência mais considerada. Mas** 40 **ainda assim, quando uma boa digestão ou a macia luz de um céu de Maio nos inclinam à benevolência, também concedemos bizarramente, e só com lançar**

Constantinopla sem que nós o sintamos, e em que todo o homem tem o seu momento de evidência, nós passamos o nosso bendito dia a *promulgar sentenças e a lavrar diplomas*. Não há fato, ação individual ou colectiva, personalidade ou obra humana, sobre que não estejamos prontos, apenas elas nos sejam apresentadas, a *formular muito de alto* uma opinião *catedrática*.

E a opinião tem sempre e apenas por base aquele pequenino lado do fato, da ação, do homem, da obra, que *aparece*, num relance, ante os nossos olhos *fugidios e apressados*. Por um gesto julgamos um caráter, por um caráter avaliamos um povo. A antiga anedota daquele inglês funambulesco que, desembarcando em Calais de madrugada, e avistando um coxo no cais, escreve no seu livro de notas: "A França é habitada por homens coxos", ilustra e simboliza ainda hoje a formação das nossas opiniões.

E quem tem enraizado estes hábitos levianos? O Jornal — que oferece cada manhã, desde a crônica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, das onze à meia-noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que *entram à pressa* na redação, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena, indiferentemente sobre uma crise do Estado, ou sobre o mérito de um "vaudeville". Como exemplo picante eu poderia citar o modo por que a imprensa de Paris tem comentado a revolta do Brasil e julgado o povo do Brasil, sobre vagos bocados de telegramas truncados — se não receasse entrar em um caminho escorregadio, onde me arriscaria a esbarrar com os nossos queridos colegas do *País* e do *Tempo*, armados da sua férula.

um olhar distraído sobre o eleito, a coroa ou a auréola — e aí empurramos para a popularidade um maganão enfeitado de louros ou nimbado de raios! Assim **passamos o nosso bendito dia a estampar rótulos definitivos no dorso dos homens e das coisas**. Não há ação individual ou coletiva, personalidade ou obra humana, sobre que não estejamos prontos a *promulgar rotundamente uma opinião bojudá*. E a opinião tem sempre, e apenas, por base **aquele pequenino lado do fato, do homem, da obra, que *perpassou* num relance ante os nossos olhos *escorregadios e fortuitos***. Por um gesto julgamos um caráter: por um caráter avaliamos um povo. Um inglês, com quem outrora jorneeei pela Ásia, varão douto, colaborador de Revistas, sócio de Academias, considerava os Franceses todos, desde os senadores até aos varredores, como "porcos e ladrões"... Por que, meu Bento? Porque em casa de seu sogro houvera um escudeiro, vagamente oriundo de Dijon que não mudava de colarinho e surrupiava os charutos. Este inglês **ilustra magistralmente a formação** escandalosa das nossas generalizações.

E quem nos tem enraizado estes hábitos de desconsoladora leviandade? O Jornal — o Jornal, que oferece cada manhã, desde a crônica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, à meia noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que *rompem pela redação*, agarram uma tira de papel e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena, sobre todas as coisas da Terra e do Céu. Que se trate de uma revolução do Estado, da solidiez de um banco, de uma mágica ou de um descarnilhamento, o rabisco da pena, com um traço, esparrinha e julga. Nenhum estudo, nenhum documento, nenhuma certeza...

Algumas observações

Estando as linhas numeradas de 5 em 5, proponho que, para a leitura, se caminhe do texto da direita (1897), para o da esquerda (1894). Acredito que o registro de uns poucos comentários em nada prejudique o prazer que certamente terá o leitor em ir saboreando as transformações queirosianas mas que, ao contrário, o motivem para tal exercício de observação e análise.

- Linha 3 – “considera antes” atende a exigências de estabelecimento de coesão textual, a que se segue uma modificação de ordem: “como foi”.
- Linhas 6 e 7 – “e atabalhoada de tudo afirmar, de tudo julgar mais enraizou”, note-se o acréscimo de “atabalhoada”, e, logo a seguir, de “de tudo afirmar”; ao mesmo tempo, a supressão de “decidir”. A alteração colabora para o estabelecimento de uma gradação no sentido geral do que vem sendo dito. Por outro lado, a supressão de “decidir” já seria reveladora de uma certa descrença em tal virtualidade da imprensa, ou, pelo menos, corresponderia a uma certa modalização que se efetiva na linha 9 com “decerto”.
- Linhas 10 a 13 – Acréscimo de caráter exemplificatório: “o grego era inconsiderado e gárrulo; já Moisés, no longo deserto, sofria com o murmurar variável dos hebreus”; logo abaixo, a inclusão do adjetivo “apressado”, ao qualificar, dilui ao mesmo tempo a crítica, na medida em que irmana a caracterização do jornal com a do próprio tempo em que este se inscreve.
- Linhas 17 e 18 – As substituições: “filósofos escravizados pelo Método” e não mais “metódicos”; “roídos de escrupulos” e não apenas “escrupulosos”, assim como a transformação da alternativa “ou” na aditiva “e” carregam um maior efeito de contundência enunciativa.
- Linha 22 – O desembaraçar-se do penoso trabalho de “verificar”, em vez de “refletir”, pode ser visto como índice de busca de uma maior precisão vocabular, tendo em vista o que vem a seguir: “é com impressões fluidas que formamos as nossas maciças conclusões”. Note-se, ainda aqui, o acréscimo do par qualificador de efeito antitético: “fluidas” (para impressões) e “maciças” (para conclusões).
- Linha 24 – “julgar”, e não mais “louvar” e “condenar”, retomada mais econômica e contundente, juntando-se aos acrescentos do advérbio “mal” e da expressão também adverbial “numa manhã de vento”, melhor indiciam a ligeireza dos juízos, mencionada no início.
- Linhas 29 a 31 – No acrescento alargado: “atulhado de idéias novas, que o amor de extensos anos fortemente encadeou”, pode-se ler, não obstante a nota irônica, uma queixa de artista face a uma atitude indiferente de recepção. Recepção esta que se vê negativamente ainda caracterizada pelo matiz diferenciador introduzido pela substituição de fumo “ondulante” (neutro) por fumo “escurecedor” (marca negativa).
- Linha 35 – Note-se, o uso do pronome da primeira pessoa alargado —

“nossa” [ligeireza] — com o respectivo jogo de inclusão que representa, e a que já aludimos antes.

- Linhas 36 e 38 – Novas substituições ocorrem: “soberana” e não mais “esplêndida”; “proclamar” e não mais “exclamar”; ao mesmo tempo que está ainda em causa a referida inclusão, não deixam de ser já indiciados poderes específicos referidos no texto como próprios da imprensa. Tal suposição interpretativa creio que encontra respaldo quando, enfatizando-se a alusão crítica, temos a seguir:
- Linha 40 – “uma resistência mais considerada” em lugar de “oferecemos naturalmente resistência”, em que fica claro o registo de um movimento premeditado e não apenas natural.
- Linha 42 – “ou a macia luz de um céu de maio”, substituindo “e um fígado livre”. A alternativa “ou”, e não a aditiva “e”, anuncia a introdução de um novo tipo de condicionante e não apenas o alargamento do mesmo, como ocorre no texto da *Gazeta*.
- Linha 44 – “bizarramente”, mais do que “prontamente”, remete à estranheza ou extravagância do resultado que pode vir do olhar distraído, muito jocosamente tratado no acrescento da versão de 1897: “e aí empurramos para a popularidade um maganão enfeitado de louros ou nimbado de raios”.
- Linhas 53 a 54 e 58 a 59 – Chamaria ainda a atenção para a crítica muito mais feroz provocada pelo conjunto de modificações, especialmente pelos novos sintagmas: “promulgar rotundamente” e “opinião bojuda” bem como para “escorregadios e fortuitos” que trazem uma marca de negatividade muito mais intensa.
- Note-se, finalmente, a diferença nos dois exemplos criados para o texto de 1897 e também, na explicitação final, a eliminação da ancoragem espaço-temporal presente no texto da *Gazeta de Notícias*.

O cotejo integral dos dois textos nos permitiria mostrar que o esqueleto geral, a organização básica do esquema expositivo se mantém da primeira para a segunda versão, não obstante os vastos desdobramentos presentes desde a introdução e as numerosas modificações, como se pode notar pelo trecho transcrito.

Concluindo

Pensando no texto publicado pela *Gazeta de Notícias* (1894), consideremos ainda que, como parte do jornal, as cartas de correspondentes seriam tão perecíveis quanto este. Mas escapam a esta contingência quando a qualidade do jornalista transfigura-as, dando-lhes consistência literária. Embebidas na experiência direta de um narrador em espaço estrangeiro, acabam por constituir-se, no calor da hora, na apreensão de um tempo e, assim, numa forma particular de memória. Tempo cujas marcas mais concretas e precisas o

jornalista Eça de Queirós, em 1897, e também Fradique Mendes, dissolveram ao eliminar os traços da ancoragem direta no fato da atualidade — o discurso de posse de Brunetièrre — que sugeriu a elaboração do texto-correspondência enviado de Paris para o Rio de Janeiro em 1894. Quando os três pecados negros do jornal não decorrem de um pretexto fornecido pela atualidade, como em 1894, mas passam a constituir, recompostos, um corpo de considerações. É quando Brunetièrre é silenciado e ouvimos de Eça jornalista ou de Fradique, diretamente, a denúncia dos “pecados e vícios dissolventes” do jornalismo.

E poderíamos agora também dizer, com um e outro: “Esta carta já vai muito verbosa e eu tenho pressa de a findar para ir, ainda antes do almoço, ler os meus jornais, com delícia”.

Notas

1. Este conto havia sido destacado de uma correspondência mais ampla “Tema para versos I e II”, publicada na *Gazeta de Notícias* nos dias 2 e 3 de abril de 1893 da qual o conto corresponde apenas à segunda parte. Luís Fagundes Duarte, na edição que realizou dos *Contos*, em 1988, incluiu também a primeira parte, mais ensaística, e que havia sido suprimida por Luís de Magalhães.
2. Resumem-se, na verdade a: 5 casos de diferença de pontuação, ou seja, 3 ausências de vírgula e uma de um ponto de exclamação e a substituição (uma única vez) de [:] por [;]; acréscimo de um artigo: “eis os três”; supressão de um pronome: “compram e adotam”, em vez de “compram e o adotam”; 3 substituições lexicais: “debateamos” por “desabitamos”, “enraizou” por “enraigou”, “eis-me” por “eis aí”.
3. AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel. *Teoria da Literatura*. 2ª ed. Coimbra, Livr. Almedina, 1969, p.218.
4. Brunetièrre alude à improvisação, lamentando mesmo que nao se exigisse mais do jornalista uma longa aprendizagem, como nos tempos de Armand Carrel; chama a atenção para o fato de a imprensa se ter tornado escrava da atualidade, devendo sempre servir *le plat du jour* e o servir quente; aponta como exigência do próprio jornalismo que o profissional de imprensa trate do efêmero, disso decorrendo sua diferença com relação ao escritor, que se deve preocupar com o que há de permanente no fundo das coisas; a reportagem, em seu *ardeur d’indiscrétion*, desviava o foco das obras e dos atos das pessoas; afirma, por fim, que a independência e o desinteresse constituíam, a seu ver, valores inalienáveis do verdadeiro jornalismo.